



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA
DEPARTAMENTO DE APOIO AO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – DCONAMA
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 9º andar, sala 950 – CEP: 70.068-901
Tel. (61) 2028.2207/2102 - conama@mma.gov.br

Sumário-Executivo da 117ª Reunião Ordinária do CONAMA

Data: 18 de março de 2015

Horário: das 09h às 18h

Local: Auditório nº 1, Edifício Sede do Ibama, Setor de Clubes Esportivos Norte - Trecho 2, Brasília/DF

1. Abertura da reunião pela Ministra do Meio Ambiente

Com a conferência do quórum, a reunião foi aberta às 10h, pelo Secretário-Executivo Francisco Gaetani, que passou a palavra à Ministra Izabella Teixeira.

A Ministra ressaltou que a implementação do Cadastro Ambiental Rural é uma importante pauta de responsabilidade dos Estados, para o ano de 2015. Disse ainda que é preciso atentar para os prazos do Código Florestal, pois o agricultor deixará de ter acesso ao crédito público, caso não tenha seu imóvel cadastrado. Informou que o MMA tem trabalhado em intensa interlocução, acompanhando e avaliando a implementação do CAR junto com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente e de Agricultura. Informou que o Governo Federal está à disposição para auxiliar os Estados e que tem trabalhado para prover recursos para a implementação do CAR, como é o caso do Fundo Amazônia. Finalizou a fala sobre o CAR dizendo que o MMA fará um balanço para avaliar a possibilidade de prorrogação do prazo para o Cadastro. Contudo, frisou que é preciso uma mobilização nacional, razão pela qual solicitou engajamento dos Secretários Estaduais e Municipais.

A Ministra recomendou aos novos Conselheiros a leitura atenta ao Regimento Interno do CONAMA, no intuito de aprimorar e facilitar o funcionamento do Conselho. Explicou brevemente o funcionamento do CONAMA e sua dinâmica própria de trâmite processual: Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho e reuniões Plenárias. Informou que será disponibilizado a todos os Conselheiros os temas que estão em discussão no CONAMA para melhor informar seus membros sobre as matérias em tramitação.

http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/174D441A/CarreiraAssuntos_CONAMASumarioExecutivo.pdf

A Ministra informou que há uma série de demandas de revisão e aprimoramento de Resoluções, tendo em vista legislação superveniente a essas Resoluções. Em levantamento preliminar, foram apontadas as seguintes resoluções que precisam ser alteradas/ajustadas/revisadas:

http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/174D441A/RevisaoResolucoes_CONAMA.pdf

Acrescentou que o licenciamento ambiental é uma prioridade, principalmente para os Estados. No contexto da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, seria preciso melhor estruturação dos Estados, para que possam atuar conforme suas competências. Ou seja, seria preciso descentralizar a gestão ambiental e não apenas o licenciamento. Assim, no entendimento da Ministra, é preciso não perder de vista a necessidade de fortalecimento tanto dos Estados quanto dos Municípios e do SISNAMA como um todo. E para realizar esse fortalecimento, faz-se necessário o envolvimento do CONAMA.

A Ministra agradeceu ao Dr. Hélio Gurgel, que presidiu a ABEMA, e saudou o novo Presidente Eugênio Spengler. Agradeceu ainda as mobilizações da ABEMA junto às discussões do Código Florestal e da Rio+20, em especial aos trabalhos desenvolvidos pelo Dr. Hélio. Com isso, frisou que cada vez mais a condução política da ABEMA e da ANAMMA (que passará por renovação de sua Diretoria no mês de maio) seria estratégica, na medida em que as duas instituições representam o poder público no SISNAMA.

A Ministra destacou o caráter deliberativo e normativo do CONAMA, importante espaço para a discussão das políticas públicas, o que inclui a realização de discussões sobre temas norteadores da política ambiental. Ressaltou a renovação do SISNAMA e a importância do diálogo com os outros sistemas: de Unidades de Conservação (SNUC) e de Recursos Hídricos (SNRH).

Sobre a pauta da reunião, informou sobre a distribuição dos termos de posse dos novos Conselheiros provenientes de processo eleitoral junto ao Cadastro Nacional de Entidades Ambientais - CNEA. Fez um breve comentário sobre a proposta de revisão da Resolução nº 307/2002, que chegava à Plenária por decisão do Presidente da Câmara Técnica, na medida em que houve empate na votação, decidida por voto de qualidade. Recomendou que a proposta obtivesse o máximo de consenso para ser apreciada, a fim de agilizar e facilitar a tomada de decisão na Plenária.

Destacou também o informe sobre a lista de espécies ameaçadas de extinção, que levou quase 6 anos para ser concluída, sendo um trabalho robusto tecnicamente. Lembrou que os Estados têm listas estaduais, muitas vezes mais restritivas que a federal. Quanto ao Projeto de Lei sobre Patrimônio Genético, mencionou que sua aprovação deverá possibilitar a ratificação do Protocolo de Nagoya.

A Ministra informou ainda sobre a apresentação de Proposta de Resolução pela Secretaria de Aviação Civil para tratar do licenciamento de aeroportos regionais, proposta essa fruto de discussão com os Estados e importante instrumento de balizamento na tomada de decisão dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente. Acrescentou que esse processo e outros, como a articulação sobre os investimentos nos terminais pesqueiros, foram feitos em conjunto com os Estados, buscando construir um diálogo em consonância com o interesse de todos. Esclareceu haver grande interesse de todos os Ministros de interagirem com o CONAMA, uma vez que o Conselho é o órgão mais importante do SISNAMA.

Ao final da reunião, a Ministra se pronunciou a favor do Movimento SOS Mais Cerrado, em prol da conservação da Chapada dos Veadeiros, no Estado de Goiás, apontando a necessidade de priorizar a recuperação do Cerrado e a sua conservação.

1. Apresentação de novos Conselheiros

O Secretário-Executivo fez a leitura e a apresentação dos novos Conselheiros.

A lista com os nomes pode ser acessada [aqui](#).

3. Aprovação das transcrições *ipsis verbis* da [116ª Reunião Ordinária](#), de 19 de novembro de 2014

Transcrição aprovada.

2. Tribuna Livre (15 minutos)

- **Hélio Gurgel (ABEMA)**: Ressaltou o aprendizado da convivência com os gestores ambientais e a convivência democrática no CONAMA. Lembrou sua busca em contribuir com a ABEMA, entidade que presidiu até o dia de hoje e sua participação na CTAJ. Pontuou que o meio ambiente não é só licenciamento. Corroborou com a Ministra, lembrando que o CONAMA não avançava, mas sob a atual gestão do MMA foi encontrado um caminho de diálogo. Reiterou que a LC 140 deve ser regulamentada, ou será prejudicada, sendo necessário avançar no debate técnico e político. Além disso, disse que o CONAMA deve trazer um norte para o procedimento ambiental no país.

- **Eugênio Spengler (ABEMA)**: Agradeceu à ABEMA e à dedicação do Sr. Hélio Gurgel em nome de todos os associados. Deu boas-vindas aos Conselheiros e afirmou que a ABEMA quer e será uma parceira do CONAMA, assim como o MMA é parceiro da entidade. Lembrou que os Estados possuem seus interesses, mas com foco na qualidade ambiental e na sustentabilidade do desenvolvimento. Informou que a ABEMA definiu uma agenda para os próximos 3 meses estruturada em 3 linhas de atuação: a) recursos hídricos, frisando que é a primeira vez que a ABEMA tratará desse oportuno tema, uma vez que vários Secretários de Meio Ambiente têm suas pastas unidas a Recursos Hídricos numa só instituição e frisou que já passou do tempo de integrar meio ambiente e recursos hídricos; b) agenda florestal, com destaque para o CAR, já que os Estados são responsáveis pelo cadastro de milhões de propriedades e, particularmente, os da agricultura familiar (segundo o Código Florestal) demandam assistência técnica e jurídica, além de recursos. Lembrou que, para a implementação do CAR, há apoio do MMA (via Fundo Amazônia, compra de imagens, entre outros), mas registrou que há muito trabalho a ser feito; c) licenciamento ambiental: pauta de revisão da Resolução 01/86 e da Resolução 237/1997, de modo mais profundo. Informou que a ABEMA organizou uma agenda de debate até junho (5 encontros regionais da ABEMA) para discutir a questão do licenciamento e apresentar proposta para o MMA. Assim, reforçou que é fundamental tratar de licenciamento, florestas e recursos hídricos, de modo a fortalecer o SISNAMA.

- **Ronaldo Vasconcellos (ONG Ponto Terra - MG)**: Mencionou a preocupação com o SISNAMA, informando que os servidores no Estado de Minas Gerais estão em operação padrão há um ano devido ao descaso com a questão ambiental pelo governo anterior. Frisou que não se tratava de discurso político e que a questão ambiental é deixada de lado em todos os níveis da federação, convocando todos a reverterem a situação.

- **João Ricardo (ANAMMA – Região Sudeste)**: Mencionou que um dos temas a serem debatidos pela Frente Nacional dos Prefeitos será o pacto federativo nas atividades de gestão ambiental, não exclusivamente no licenciamento. Saudou o Sr. Hélio Gurgel pela sua gestão e pela interlocução com os municípios. Ressaltou que é preciso reorganizar o SISNAMA e que a ANAMMA está aberta ao diálogo e reconheceu o esforço da ABEMA e do Governo Federal.

- **Ailton Lima (Argonautas)**: Reforçou a importância da Educação Ambiental e informou, em nome da Universidade Federal do Pará, a realização de eventos sobre Educação Ambiental, ressaltando que foi a primeira vez que tais eventos aconteciam na Região Norte.

- **Paulo Martini (SBPC)**: Informou sobre Projeto do INPE para monitoramento da Amazônia sul-americana (Panamazônia).

- **Marcos Pereira (IBRACE)**: Declarou apoio à luta do Movimento SOS Mais Cerrado e convidou o Sr. Marcos Saboya, membro do Conselho da Área de Preservação Ambiental Pouso Alto, localizada na Chapada dos Veadeiros, a fazer uso da palavra, o que foi aceito pelo Secretário-Executivo.

- **Marcos Saboya (Vice-presidente do Instituto Mais Cerrado, membro do Conselho da APA Pouso Alto – GO)**: Declarou que o Plano de Manejo elaborado para a APA Pouso Alto não é adequado, além da composição do conselho não atender à legislação. Nesse sentido, pediu ao CONAMA o reconhecimento da Chapada dos Veadeiros como mosaico de unidades de conservação, permitindo uma gestão compartilhada. A demanda busca propiciar a participação dos Municípios, Estado e do Governo Federal. Informou que o Estado possui recursos financeiros e humanos limitados e que o ICMBio apenas atua no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Solicitou com urgência uma moção do CONAMA por um mosaico das unidades da Chapada dos Veadeiros, que é a maior área de Cerrado contíguo do Estado de Goiás, com muitas nascentes e uma pressão antrópica crescente, que vem também do oeste baiano. Cobrou a implementação de um desenvolvimento diferenciado para a região e também a aprovação da PEC que transforma o Cerrado em patrimônio nacional.

- **Francisco Soares (FURPA):** Frisou a crise de água e de energia e o risco de apagão de floresta. Informou a apresentação de propostas à Ministra Izabella Teixeira para aprimorar as políticas públicas. Uma das propostas apresentadas foi a unificação do CONAMA e do CNRH, de modo a unificar a gestão das florestas e da água. Sugeriu a elaboração de proposta de moção para que haja integração dos conselhos e pontuou que há poucas moções e pauta esvaziada no CONAMA, devido às regras do novo Regimento Interno. Pediu o fim das exigências do Regimento para apresentação de Moções, como a exigência de 8 assinaturas e 18 dias de antecedência. Solicitou ainda soluções do MME para as crises de água e energia e também a criação do Parque Nacional de Serra Vermelha.

- **Lisiane Becker (Mira-Serra):** Reforçou a necessidade de discutir o licenciamento ambiental, mas apontou a falta de andamento da discussão do tema no CONAMA. Solicitou que no debate sobre licenciamento, a sociedade civil ambientalista seja incluída. Destacou que o licenciamento ainda dá pouca importância à fauna em detrimento da flora. Registrou ainda a pouca capacidade técnica dos municípios para a gestão ambiental.

- **Polignano (Instituto Guaicuy):** Afirmou que, desde 2013 tem pautado a temática da água, alertando para a crise dos rios brasileiros, resultado do desmatamento e da perda de solo. Apontou que o CONAMA tem papel estratégico no diálogo com os diferentes atores. Para isso, frisou ser preciso discutir integração de sistemas e monitorar a qualidade ambiental. Lembrou que, apesar do licenciamento, os rios estão morrendo. Sugeriu dividir a agenda do CONAMA em agendas (verde, azul, marrom), e colocar metas para aprovação das resoluções.

- **Joaquim Belo (CNS):** Informou a retomada da pauta relacionada à economia das florestas, incluindo a temática dos Planos de Manejo Florestal Comunitários. Solicitou ainda ações para fortalecer a economia florestal, pedindo ao MMA que solicitasse aos OEMAs a situação dos Plano de Manejo Comunitários para subsidiar reunião de GT que trata do tema.

- **Saint Clair Honorato (MPEstadual):** Comentou que a crise hídrica talvez tenha tido maior destaque por ocorrer no Sudeste. Lembrou das inundações do Norte e das cidades que cresceram na margem dos rios, sem qualquer planejamento dos municípios, que inclusive não têm condições para realizar a gestão ambiental. Citou o exemplo do Estado do Paraná que não faz concurso há 20 anos para o órgão licenciador.

- **Zilda Veloso (MMA):** Informou que dia 13 de março (última sexta-feira) foi publicado acordo setorial sobre a logística reversa de lâmpadas e que prosseguem as negociações de embalagens e medicamentos. Destacou que a Política Nacional de Resíduos Sólidos foi uma política discutida por 3 anos no CONAMA, de 1996-1999, que depois foi encaminhada e aprovada no Congresso Nacional.

- **Jaqueline Vieira da Silva (Governo do Estado de Goiás):** Esclareceu que a APA Pouso Alto foi criada em 2001 sem Plano de Manejo, contudo já ocorreram 7 reuniões do conselho consultivo. Informou ainda que apoia o movimento SOS Mais Cerrado e entende que todos os movimentos pró-água/meio ambiente devem ser ouvidos. Informou ainda que o Estado está dialogando com todos, inclusive com os produtores da área.

- **Volney Zanardi (IBAMA):** Saudou a ABEMA e lembrou que a Ministra Izabella Teixeira mostrou a necessidade de observar as resoluções e normas ambientais à luz da Lei Complementar nº 140/2011. Disse ainda que o IBAMA está se reposicionando em relação à LC. Em relação à fauna, o IBAMA assinou 26 Acordos de Cooperação Técnica com entes da federação para melhorar capacidades e compartilhar informações sobre a fauna, nesse momento de descentralização da gestão ambiental. Informou que o trabalho técnico em relação à Lista Pet já foi concluído, mas destacou que há necessidade de editar duas resoluções para o tema, sendo uma resolução para definir um padrão de marcação de animais pelos Estados, melhorando assim a integração de informações e o controle. Outra necessidade observada é a edição de uma resolução para clarear a categorização dos criadores de

animais, já que estes estão em diversas categorias distintas, dificultando o controle. Declarou que o IBAMA, em conjunto com o Serviço Florestal Brasileiro, está encaminhando a revisão da Resolução CONAMA 411/2009, que trata da inspeção de produtos e subprodutos florestais. Mencionou que o IBAMA está finalizando o novo sistema de gestão florestal, o SINAFLOR, que é um aprimoramento do DOF. Relatou ainda o fortalecimento dos instrumentos financeiros, já que o IBAMA multiplicou os recursos de compensação ambiental. Frisou que esse é um assunto importante: a sustentação financeira do SISNAMA, que inclui a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA.

- **Tadêu Santos (ONG Sócios da Natureza):** Fez um apelo ao Secretário de Meio Ambiente da Bahia (Eugênio Spengler) sobre as térmicas a carvão e sua poluição. Mencionou ainda os temas: resíduos sólidos, logística reversa, desoneração fiscal. Registrou a perda dos ambientalistas: Carolina Hermann (Amigos da Terra) e Professor Arsênio Oswald Sevá (ambientalista). Manifestou a necessidade de se retomar a questão da realização de Encontro Nacional das Entidades Ambientalistas Autônomas – ENEA.

- **Carlos Bocuhy (SODEMAP):** Solicitou empenho para realização do Seminário sobre os padrões de qualidade do ar, dado que os padrões foram definidos há 25 anos. Comentou a respeito da apresentação do Plano de Segurança Hídrica, sobre o qual o CONAMA deveria fazer uma discussão pública. Além disso, citou processo sobrestado pela Ministra sobre os indicadores de capacidade suporte para regiões metropolitanas. Pediu ainda participação da sociedade no licenciamento ambiental.

- **Boisbaudran (SNE):** Solicitou que o CONAMA apresente um informe sobre os 11 projetos de lei que tramitam no Congresso sobre o licenciamento ambiental (todos apensados ao Processo nº 3729/2004).

5. Encaminhamentos da Secretaria-Executiva do CONAMA

5.1. Balanço do CONAMA referente ao ano de 2014

Balanço das atividades do Conselho em 2014 foi apresentado, podendo ser visualizado [aqui](#).

6. Apresentação à mesa de pedidos de inversão de pauta, retirada de matéria e, por escrito, de requerimentos de urgência

Aprovado requerimento de urgência para a minuta de Proposta de Resolução sobre os Aeroportos Regionais, de autoria da Secretaria Nacional de Aviação Civil.

7. Ordem do Dia

7.1. Processo nº [02000.000110/2011-68](#) – Proposta de Resolução CONAMA que dispõe sobre o controle da utilização de produtos ou processos para recuperação de ambientes hídricos e dá outras providências

Matéria retirada de pauta pelo proponente (IBAMA), nos termos do art. 19 do Regimento Interno.

7.2. Processo nº [02000.001299/2011-14](#) – Proposta de Revisão da Resolução CONAMA nº 307/2002 para reclassificação dos resíduos de tintas.

Pedido de vista: SODEMAP, Associação Kanindé, Movimento Nacional dos Catadores, Instituto Guaicuy, CNI, MMA, IBAMA, Organização PontoTerra e Mira-Serra, nos termos do art. 21 do Regimento Interno.

8. Informes

8.1. Informe sobre Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima – COP de Paris, 2015 (Secretaria de Mudanças Climáticas do MMA).

Adriano Santhiago (Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas/SMCQ/MMA) informou que o ano de 2015 é um ano importante, pois serão definidos os rumos dos acordos de clima pós 2020. Fez um histórico sobre as negociações de clima desde 2011. Sobre o período pré 2020, o Brasil chega na COP com a sua melhor oferta de mitigação. Hoje, o país conta com 5 planos setoriais comunicados à COP (Energia, Agricultura, Combate ao Desmatamento na Amazônia, Combate ao Desmatamento no Cerrado, Estímulo à produção de carvão vegetal), além de outros 4 planos setoriais (transporte, saúde, indústria e mineração). Comparado a outros países, o Brasil é o país com maior capacidade para apresentar redução de emissões. A União Europeia (EU), por exemplo, promete redução de 40% até 2030, com base em 2005. Segundo Adriano, o Brasil já reduziu em 41% as suas emissões em relação a 2005, principalmente em função da redução do desmatamento. Adriano lembrou que a COP Clima não é uma discussão ambiental, mas sim de desenvolvimento do país, de como ocorrerá este desenvolvimento. Explicou ainda que, em Paris, poderá ser observada uma polarização na negociação: uns a favor da manutenção do *status quo* e outros a favor da implementação do princípio da responsabilização comum, porém diferenciada.

Francisco Gaetani (Secretário-Executivo do MMA): Solicitou ao Sr. Adriano Santhiago para retornar ao CONAMA na próxima plenária e apresentar um dossiê para realização de um debate sobre o tema e não apenas uma apresentação.

8.2. Informe sobre [Listas Oficiais de Espécies Ameaçadas](#) (Departamento de Conservação da Biodiversidade do MMA e Coordenação de Gestão de Espécies Ameaçadas do ICMBio).

Ugo Vercillo (ICMBio) apresentou o trabalho de atualização da lista de espécies ameaçadas, ressaltando ser um instrumento que subsidia uma atuação mais efetiva das ações de conservação. As Portarias¹ apresentadas foram: Portaria 443/2014 (Flora) e IN 01/2015; Portaria 444/2014 (Fauna) e Portaria 445/2014 (Fauna aquática). Um dos avanços da Portaria de espécies da flora foi a definição de categorias de vulnerabilidade para subsidiar a decisão sobre o manejo ou não de uma espécie. Hugo destacou que é preciso harmonizar os dados dos Estados e do nível federal, para não repetir o esforço de elaboração das listas. Mas o objetivo da conservação é avançar nas políticas públicas e retirar as espécies das listas. Ugo informou que foram utilizados todos os dados disponíveis para elaborar a lista, inclusive dados de terras indígenas. Contudo, assim como em outros locais, existe falta de informação tanto dentro quanto fora de terras indígenas em alguns pontos do território nacional. Ressaltou ainda que não é possível comparar a lista de 2004 e a atual, pois foram diferentes metodologias.

8.3. Informe sobre Projeto de Lei referente ao Novo Marco Regulatório do Patrimônio Genético (Departamento do Patrimônio Genético do MMA).

Primeiramente, o **Secretário-Executivo Francisco Gaetani** fez um apanhado histórico sobre a elaboração e tramitação do Projeto de Lei e suas discussões.

Rogério Magalhães (SBF): Segundo Rogério, atualmente o PLC nº 2/2015, oriundo da Câmara, está tramitando no Senado, na Comissão de Meio Ambiente, sob a relatoria do Senador Jorge Viana. Informou que, comparado à Medida Provisória que está em vigor sobre o tema, o PL tem uma lógica diferente, pois busca trazer o setor científico e industrial para explorar o patrimônio genético. Nesse sentido, vem facilitar a pesquisa, pois exigirá apenas um cadastro, enquanto a MP exigia uma autorização do Conselho de Patrimônio Genético. Outra novidade é que a empresa que pretende fazer a exploração tem praticamente 1 ano para testar o produto comercialmente e para só depois ter a

¹ <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/especies-ameacadas-de-extincao/atualizacao-das-listas-de-especies-ameacadas>

autorização concedida pelo Conselho Nacional do Patrimônio Genético. Tal medida pode atrair as indústrias para valorizar a biodiversidade brasileira.

Francisco Gaetani (MMA): Afirmou que as normas existentes, com o intuito de proteger a biodiversidade, terminou criminalizando o uso e a prospecção. Nesse sentido, o intuito do novo PL foi simplificar a bioprospecção e assegurar a repartição de benefícios para os povos tradicionais, quilombolas e populações indígenas detentoras deste conhecimento. Ressaltou que há uma expectativa mundial para saber qual será o marco regulatório brasileiro, pois somos um país detentor de maior biodiversidade.

Joaquim Belo (CNS): Frisou a importância do tema para os membros do CONAMA e lembrou que é preciso segurança jurídica, em virtude dos inúmeros conflitos que ocorrem relacionados ao tema do patrimônio genético.

Informes Finais

- **Adriana Mandarino (DCONAMA/MMA)** retransmitiu convite feito aos Conselheiros pelo Ministro Herman Benjamin do Superior Tribunal de Justiça sobre a realização de um Colóquio Internacional a ocorrer no dia 19 de março, denominado de “Biodiversidade: crise e perspectivas”, a ser realizado na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

- **Adriana Mandarino (MMA)** informou ainda quem serão os representantes da sociedade civil no CONAMA no Fórum Interconselhos, organizado pela Secretaria Geral da Presidência da República: FURPA, SNE, Sócios da Natureza, FBCN, Argonautas, Mira-serra, SODEMAP, Kanindé.

Em seguida, a Plenária ratificou a escolha dos representantes.

9. Encerramento

Reunião encerrou às 17h45.